

**Documento Síntese do 1º Ciclo Avaliativo do Perfil das
Ações de Extensão na UFMG (2014 a 2016)**

Diretoria de Avaliação da Extensão/PROEX

Prof. Adriano Roberto Afonso do Nascimento (Diretor)

Natália Fraga Carvalhais Oliveira (TAE)

Nathália Abjaudi Araújo (TAE)

Symaira Poliana Nonato (TAE)

Vanessa Avelar Cappelle Fonseca (TAE)

Izabela Ferreira dos Santos (Bolsista)

Bruno Octaviano Maia (Bolsista)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1) Distribuição das ações por tipo e caracterização	5
2) Vínculo das ações aos Programas e Projetos.....	12
3) Distribuição das ações na Unidade e equipe	13
4) Vínculo aos Editais de Fomento e políticas públicas	19
5) Vínculo das ações com Ensino e Pesquisa	20
6) Distribuição das ações de extensão por área temática, área do conhecimento e linha de extensão.....	22
7) Parcerias – existência, formas e caracterização dos parceiros.....	23
8) Resultados – público alvo e produtos	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

INTRODUÇÃO

A Diretoria de Avaliação da Extensão (DAEXT), da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG (PROEX/UFMG), desenvolveu ao longo da gestão 2014-2018 um conjunto de procedimentos de avaliação e monitoramento das ações de extensão na Universidade. Um desses procedimentos consistiu na elaboração de “Perfis das ações de extensão desenvolvidas na UFMG”, referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016, a partir dos dados registrados no Sistema de Informação da Extensão (SIEX/UFMG). O levantamento e a sistematização desse conjunto de dados configurou-se no 1º Ciclo Avaliativo das Ações de Extensão na UFMG.

A construção desse procedimento foi iniciada em 2015, com o objetivo de monitorar as ações de extensão na Universidade a partir da construção de um relatório descritivo do perfil dessas ações em cada unidade e do conjunto da UFMG. Dessa maneira, as 20 unidades acadêmicas da Universidade, o Hospital das Clínicas e quatro unidades não acadêmicas foram organizadas em grupos distribuídos em ciclos trienais, a fim de possibilitar o acompanhamento longitudinal da extensão na UFMG. Os relatórios encontram-se disponíveis em <https://www2.ufmg.br/proex/Avaliacao>.

A distribuição das unidades no 1º Ciclo Avaliativo das Ações de Extensão na UFMG se caracterizou da seguinte maneira:

- 1) **Dados de 2014 / Unidades:** Escola de Engenharia, Instituto de Ciências Agrárias (ICA), Faculdade de Educação (FaE), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Faculdade de Direito, Escola de Belas Artes (EBA), Hospital das Clínicas (HC), Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia.
- 2) **Dados de 2015 / Unidades:** Instituto de Geociências (IGC), Escola de Veterinária, Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), Escola de Arquitetura, Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Faculdade de Odontologia, Escola de Educação Básica e Profissional (EBAP) e Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB).
- 3) **Dados de 2016 / Unidades:** Instituto de Ciências Exatas (ICEX), Escola de Ciências da Informação (ECI), Faculdade de Letras (FALE), Escola de Música, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO), Escola de Enfermagem, Administração Central e Órgãos Auxiliares e Suplementares.

Além das unidades, os relatórios anuais foram compostos pelo perfil descritivo do conjunto dos dados da UFMG, apresentando também a análise comparativa das unidades analisadas a cada ano com o conjunto da Universidade. Portanto, os objetivos

iniciais do 1º Ciclo Avaliativo das Ações de Extensão foram elaborar relatórios que refletissem a caracterização da extensão em cada unidade e da UFMG e realizar reuniões com algumas unidades para a análise conjunta e discussão dos dados dos perfis elaborados¹.

Ao concluir o 1º Ciclo Avaliativo das Ações de Extensão na UFMG, a equipe da DAEXT considerou necessária a elaboração de um documento de caráter analítico. Para tanto, os registros aqui realizados procuram englobar algumas reflexões e apontamentos a respeito do conjunto dos dados da extensão na UFMG e suas diferentes unidades. Espera-se que os elementos aqui reunidos permitam aos diferentes membros da comunidade acadêmica refletirem sobre a extensão universitária na UFMG.

Nesse sentido, considerando-se que “a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos” (VASCONCELLOS, 1995, *apud* MENDES, 2005, p. 196)², a DAEXT espera contribuir para o debate a respeito da extensão universitária na UFMG. Por meio deste documento, objetiva-se oferecer uma base comum de dados que possam ser utilizados como subsídio para a tomada de decisão ao nível mais geral da política de extensão na UFMG, bem como para favorecer avanços e a superação de possíveis limites nas práticas locais das ações desenvolvidas pelos discentes, docentes e técnico-administrativos das diferentes unidades da Universidade.

Ademais, é importante ressaltar que a construção dos relatórios, bem como o diálogo com algumas unidades, possibilitou o entendimento acerca do perfil das ações de extensão na UFMG, mas ao mesmo tempo produziu inquietações sobre a sua configuração, tais como: Existe um “padrão” de extensão na UFMG? Todas as unidades acadêmicas desenvolvem os cinco tipos de ações de extensão? Se não, deveriam desenvolver? As ações estão equilibradas entre os departamentos nas unidades acadêmicas? O que a configuração das equipes pode nos dizer sobre a extensão na UFMG?

¹ Foram realizadas reuniões nas seguintes unidades: Faculdade de Educação, Escola de Engenharia, Hospital das Clínicas, Escola de Arquitetura e Faculdade de Odontologia. Essas reuniões contaram com a presença de integrantes da PROEX, com a direção da unidade e coordenadores de CENEX. Membros da Diretoria de Avaliação Institucional e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFMG também participaram de algumas dessas reuniões. Elas tiveram como principal objetivo refletir, dialogar e identificar se os dados do SIEX, sistematizados nos relatórios, retratam a realidade da unidade, bem como se contribuem para qualificar suas ações de extensão.

² VASCONCELLOS, Celso dos S. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo: Libertad, 1995.

Como poderá ser constatado ao longo do texto, além dos apontamentos realizados, foram sugeridas ações e procedimentos percebidos como necessários para qualificar ainda mais os processos de avaliação da extensão, ampliar o debate em torno dos conceitos da extensão, bem como a produção de conhecimento³ e potencializar a interlocução das diferentes diretorias da PROEX. Esse aprofundamento já poderá ser considerado em 2018, quando se iniciará o 2º ciclo avaliativo, no qual as unidades analisadas no primeiro relatório (dados de 2014) serão retomadas para fins de comparação com os dados de 2017 e observação de possíveis continuidades e/ou mudanças nos perfis das ações de extensão.

A sistematização deste documento foi organizada a partir dos mesmos subtítulos considerados para a elaboração dos relatórios dos perfis, a saber: distribuição das ações por tipo e caracterização; vínculo das ações aos Programas e Projetos; distribuição das ações na Unidade e equipe; vínculo aos Editais de Fomento e políticas públicas; distribuição das ações de extensão por área temática, área do conhecimento e linha de extensão; parcerias – existência; formas e caracterização dos parceiros; resultados – público alvo e produtos.

Por fim, é importante observar que o procedimento proposto, assim como as análises aqui registradas poderão ser revistas a partir de possíveis e esperados retornos da comunidade acadêmica. Os procedimentos de avaliação e monitoramento, bem como os seus resultados precisam ser constantemente discutidos, atualizados e modificados conforme se processam as mudanças acadêmicas, sociais e institucionais. Dessa maneira, para a Diretoria de Avaliação da Extensão, é fundamental o constante diálogo com estudantes, docentes e técnico-administrativos comprometidos com a extensão universitária enquanto espaço de formação, de produção de conhecimentos relevantes para o conjunto da sociedade e de troca de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade.

1) Distribuição das ações por tipo e caracterização

Os dados analisados no 1º Ciclo Avaliativo das Ações de Extensão na UFMG evidenciam que a extensão universitária está presente em todas as unidades acadêmicas e em outras unidades/órgãos da Universidade. Os diferentes tipos de ações de extensão

³ Dalben (2005, p. 67), ao discutir a avaliação escolar, considera que o “processo de avaliação se processa por meio de uma relação pedagógica que envolve intencionalidades” (...), a partir das quais, “os sujeitos avaliadores interpretam e atribuem significados e sentidos à realidade (...) produzindo conhecimentos sobre ela”.

(programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços) presentes na instituição, em maior ou menor frequência, demonstram os **diferentes perfis das ações de extensão dentro da UFMG**, conforme cada unidade analisada. A quantidade expressiva de ações de extensão desenvolvidas pode se constituir em um dos indicativos do quanto essa dimensão acadêmica vem ganhando expressividade na UFMG.

Ao longo do triênio, podemos observar o **aumento do número total** de ações de extensão da UFMG, embora alguns tipos de ação tenham apresentado redução de 2014 para 2015, tais como os eventos e a prestação de serviços. Os **projetos** de extensão consistem no tipo de ação de extensão **mais frequente** na UFMG e na **maioria** das unidades. Apenas quatro unidades acadêmicas **não seguem esse padrão**: a Escola de Engenharia e o Instituto de Ciências Exatas, que possuem a prestação de serviços como a ação de extensão mais frequente; a EBA, que oferece principalmente cursos de extensão, e a FALE, que desenvolve principalmente eventos. Na maioria das unidades, mais da metade dos projetos são desenvolvidos de maneira isolada, isto é, não vinculada aos programas de extensão⁴.

Algumas unidades possuem o **perfil das ações de extensão mais equilibrado** (em relação ao quantitativo de dois tipos de ação de extensão), tais como a Faculdade de Direito (eventos e projetos), a FACE (cursos e projetos), a Escola de Arquitetura (prestação de serviços e projetos), a Escola de Música (eventos e projetos) e o Hospital das Clínicas (cursos e projetos). Algumas unidades possuem o **perfil mais diversificado** (contemplando os cinco tipos de ação de extensão, sem destaque para nenhuma delas): a FAFICH e a Escola de Veterinária.

Esses dados evidenciam que **não existe um padrão único de distribuição das ações de extensão na Universidade**, isto é, a extensão, na UFMG e nas suas diferentes unidades, se concretiza de várias formas. De início, esse aspecto (adicionado aos demais que serão abordados neste documento) aponta para os desafios da construção de processos de monitoramento e avaliação das ações de extensão. Ademais, nos provoca a refletir a respeito dos elementos responsáveis pela diversidade verificada.

De maneira geral, a **maioria das unidades** desenvolve os **5 tipos de ação de extensão**. Em algumas unidades foi constatada a ausência de registro de alguns tipos de ação de extensão: de Programas na Faculdade de Farmácia; de Cursos na Faculdade Farmácia e Escola de Ciências da Informação; de Prestação de Serviços na Faculdade

⁴ A vinculação das ações aos programas e projetos será melhor analisada no tópico 2 deste relatório.

de Educação, Museu de História Natural e Jardim Botânico e Escola de Ciências da Informação e de Eventos nos Órgãos Auxiliares e Suplementares. A ausência dos registros de ações específicas nessas unidades talvez possa ser justificada pelo período de levantamento dos dados anuais utilizados para a construção dos perfis (no momento de extração de dados do sistema, não constava o registro da ação conforme o ano apurado), e/ou pelo perfil da unidade (o que poderá ser evidenciado no próximo ciclo avaliativo, quando se dará início à construção de relatórios com base em dados comparativos da própria unidade em momentos diferentes com intervalo de três anos).

Em relação ao **quantitativo de ações**, considerando-se o conjunto das ações da UFMG, as Faculdades de Farmácia, Ciências Econômicas e a Escola de Ciências da Informação foram aquelas que reuniram o **menor percentual de ações** nos anos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente. Ressalta-se a necessidade de compreender se essas unidades de fato não investem esforços no desenvolvimento das ações de extensão (o que pode apresentar relação direta com o tamanho dos departamentos, no que diz respeito ao número de docentes e a distribuição de encargos) ou se desenvolvem e não registram.

Em relação aos Cursos de Extensão, terceiro tipo de ação de extensão mais frequente na UFMG, nos três anos analisados, apenas o Instituto de Ciências Exatas segue o padrão da Universidade, isto é, uma distribuição equilibrada entre os diferentes tipos de curso, apresentando menor frequência na oferta de cursos de aperfeiçoamento. Ademais, a respeito dos **principais tipos de cursos** ofertados pelas **unidades**, temos: Iniciação (EBA, FALE, Escola de Música e Administração Central); Atualização (Faculdade de Direito, FAFICH, Faculdade de Medicina, FACE, ICB, Faculdade de Odontologia); Treinamento e qualificação profissional (ICA, Escola de Engenharia, Hospital das Clínicas, Escola de Veterinária, Escola de Arquitetura, EBAP, EEFFTO e Escola de Enfermagem); Aperfeiçoamento (FAE).

Os principais tipos de cursos ofertados parecem apresentar coerência com as áreas de conhecimento presentes nas unidades acadêmicas. Por exemplo, os cursos de iniciação são ofertados principalmente por unidades vinculadas ao campo das artes, cultura e música. Em relação aos cursos de atualização e de aperfeiçoamento, os mesmos pressupõem algum conhecimento prévio, tais como na área jurídica, da saúde, educacional. Já os de treinamento e qualificação profissional, embora contemplem unidades diversas, parecem mais voltados para áreas mais técnicas (Engenharia, ICA, por exemplo) ou do campo da saúde (HC, Escola de Enfermagem, etc.).

Ademais, a distribuição dos tipos de curso ofertados pelas várias unidades da UFMG reforça a constatação da existência de diferentes perfis da extensão na Universidade. Para conhecer melhor esse tipo de ação especificamente, considera-se fundamental identificar e compreender a **origem dos cursos**, tanto pelo aspecto do **público atendido**, isto é, se são provenientes de demanda externa (diferentes segmentos da sociedade) ou interna (complementaridade curricular para os alunos da universidade), quanto pelo aspecto do **financiamento**, isto é, se há gratuidade ou não (informação que já consta no SIEX, mas não há relatório programado para a extração automática). No primeiro caso, um estudo específico realizado com base no registro dos cursos poderá contribuir para conhecer melhor a origem dos cursos de extensão. No segundo caso, a partir do 2º ciclo avaliativo, os dados a respeito da gratuidade ou não dos cursos poderão ser considerados a fim de favorecer a melhor compreensão do perfil dos cursos nas unidades onde são ofertados.

No que diz respeito aos **Eventos**, os Seminários e Eventos análogos são os tipos mais frequentes em toda a UFMG. Por outro lado, existe uma quantidade expressiva de **outros eventos** desenvolvidos pelas unidades que não se enquadram nas possibilidades definidas nas categorias do SIEX, reunindo, em alguns casos, mais de 50,0% dos eventos desenvolvidos (ICA, Escola de Farmácia, MHNJB e Escola de Música). Diferentemente dos cursos de extensão, entre os eventos predomina um tipo mais comum, como abordado acima, nas diferentes unidades da Universidade. Entretanto, é possível supor que a categoria “Seminários e Eventos Análogos” pode estar reunindo eventos de natureza diferente.

Considera-se que para compreender melhor esse aspecto, seja necessária a realização de um estudo a partir da **seleção de uma amostra** de eventos registrados nas categorias destacadas acima. A partir da análise dessa amostra, será possível entender do que se tratam, por exemplo, os “eventos análogos” (oficinas, workshops, encontros, etc.) e sugerir modificações nas categorias do SIEX. É necessário identificar também se a opção “Outros” é assinalada em decorrência de problemas na compreensão das categorias disponíveis ou se as mesmas de fato não contemplam toda a diversidade de eventos realizados na Universidade.

Acreditamos que a realização desse estudo, e de outros que serão apontados mais à frente, deverão se dar em parceria com a Diretoria de Apoio a Gestão da Extensão (DAGE), que integra a Coordenadoria de Informação responsável pela administração do SIEX. Os resultados desse trabalho certamente irão favorecer tanto o maior

conhecimento a respeito dos eventos, quanto a identificação de ajustes necessários nos registros das ações e no próprio sistema.

No que concerne à **prestação de serviços**, observa-se que, em conjunto, a quantidade ofertada pelo **ICEX e pela Escola de Engenharia** corresponde a **mais da metade desse tipo de ação na UFMG**, com destaque para os **serviços eventuais**. Nas demais unidades, com exceção da Escola de Arquitetura, que registrou praticamente a mesma quantidade de prestação de serviços e projetos no ano analisado (22 e 19 respectivamente), identificou-se um **pequeno percentual** de registro de prestação de serviços (até 10% do total de ações na maioria das unidades, e entre 10% e 16% do total de ações apenas em três unidades).

Nesse sentido, considera-se importante compreender como os coordenadores estão registrando as **assessorias/consultorias** (prestação de serviços do tipo “serviço eventual”) que frequentemente são solicitadas nas diferentes áreas do conhecimento. Identificamos, na sequência, alguns aspectos que podem colaborar na compreensão do pequeno número de ações de prestação de serviços na maioria das unidades: 1) o perfil próprio de cada unidade, isto é, dedicação a outros tipos de ação de extensão; 2) o entendimento restrito a respeito da concepção de prestação serviços como meio de captação de recursos, exclusivamente, inibindo o seu registro; 3) a ausência de critérios claros que diferenciem a natureza/concepção de projetos de extensão⁵ e prestação de

⁵ Concepção de **Projeto de Extensão** na UFMG: “ação com objetivo focalizado, com tempo determinado, podendo abranger, de forma vinculada, cursos, eventos e prestação de serviços. O projeto pode ser vinculado a um programa” (Resolução PROEX 03/2016). Concepção de **Projeto de Extensão** no **Decreto** que regulamenta a concessão de bolsas para atividades de ensino e extensão: “ação formalizada, com objetivo específico e prazo determinado, visando resultado de mútuo interesse, para a sociedade e para a comunidade acadêmica” (Decreto 7.416, 30/12/2010). Concepção de **Projeto de Extensão** na publicação do **FORPROEX** (2007, p.35) “ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”. Conforme **Resolução da Escola de Engenharia** 01/2013, “as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico é uma atividade de extensão pertencente à modalidade Projeto” (Art. 2º, inciso 1º).

serviços⁶, o que pode possibilitar diferentes entendimentos e, conseqüentemente, registros de ações de prestação de serviços como projetos de extensão⁷.

Outro aspecto que chama atenção em relação à prestação de serviços, refere-se ao pequeno número dos tipos de atendimento realizados na UFMG (em média de 14%, nos três anos analisados, somando os diferentes tipos citados a seguir), tais como: jurídico e judicial (Faculdade de Direito); ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia (museus e outros espaços da UFMG); em saúde animal (Escola de Veterinária e Hospital Veterinário) e em Saúde Humana (unidades do campus saúde, Faculdade de Odontologia e EEFPTO). Dessa maneira, aponta-se a necessidade de identificar **como** os coordenadores estão registrando esses **atendimentos**. Um aspecto que talvez possa justificar esse dado é o fato dos possíveis atendimentos realizados estarem vinculados a outras atividades dentro de um projeto ou programa, isto é, a ação de extensão não se esgota em algum atendimento apenas, mas desdobra-se em outras atividades, considerando-se desnecessário o seu registro específico. Nesse sentido, ressalta-se que, seja isolada ou vinculada a outras ações, é fundamental que ações do tipo prestação de serviços também sejam registradas no SIEX.

A análise dos aspectos abordados certamente contribuirá para o melhor entendimento da prestação de serviços na UFMG, bem como possibilitará identificar se as categorias disponíveis no sistema apresentam correspondência com a prática. Um apontamento inicial seria a respeito da necessidade de se discriminar os tipos de prestação de serviços agrupados na categoria “serviço eventual” (e.g. assessorias, consultorias, curadorias e outros), tendo em vista que esta remete à temporalidade das ações e não ao seu tipo ou às suas características. Conjuntamente, considera-se a possibilidade de haver sobreposição entre as opções de caracterização da prestação de

⁶ Concepção de **Prestação de serviços** na UFMG: “constitui-se como o estudo e solução de problemas dos meios profissional ou social, como o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa e como a transferência de conhecimentos ou de tecnologia à sociedade, realizados pelos servidores docentes ou técnicos-administrativos em educação, com a participação orientada de discentes, e comprometida com o projeto político acadêmico da universidade” (Resolução PROEX 03/2016). No referido **Decreto**, não consta definição de prestação de serviços, apenas menciona que “a prestação institucional de serviços”, **pode ser** “admitida como modalidade de extensão, nos termos da disciplina própria da instituição, em vista de justificativa acadêmica” (Decreto 7.416, 30/12/2010). Entretanto, conforme a publicação do **FORPROEX** (2007, p.39), a concepção de prestação de serviços se refere à “realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.) (...). Observação: quando a prestação de serviço é oferecida como **curso** ou **projeto de extensão** deve ser registrada como tal (curso ou projeto)”. Na **Resolução** UFMG 10/1995, “conceitua-se como **prestação de serviços** as atividades de transferência à comunidade do conhecimento gerado e instalado na Instituição, incluindo-se nesse conceito as assessorias e consultorias, bem como os cursos de extensão ou de especialização”. O Artigo 3º da mesma resolução define que “a prestação de serviços deve ser formalizada através de projeto” e em outros artigos faz-se referência aos “projetos de prestação de serviços”.

⁷ Como constatado no processo de revisão dos registros do SIEX, referente ao ano de 2011, realizado pela equipe da PROEX.

serviços no SIEX, uma vez que os “Exames e Laudos Técnicos” também podem se constituir em “Serviços Eventuais”.

Em relação aos **Programas de Extensão**, observa-se que, em quase todas as unidades da UFMG, existem registros de **programas que não apresentam coerência com o conceito** definido na política de extensão da Universidade⁸. A presença de todos os registros de programas adequados (conforme os levantamentos de dados anuais realizados) foi identificada apenas nas seguintes unidades: Escola de Veterinária, Instituto de Geociências, Instituto de Ciências Biológicas, Escola de Educação Básica e Profissional, Escola de Música e Órgãos Auxiliares e Suplementares (destacadas no Quadro 1).

Quadro 1
Programas de Extensão da UFMG – Adequação de registro e ações vinculadas

Unidade	N. de registros que não apresentam consonância com o conceito de Programa em relação ao total de programas registrados na unidade	Quantidade de ações vinculadas aos registros de programa em conformidade com o conceito
Instituto de Ciências Agrárias	3 de 12	de 2 até 125
Escola de Engenharia	3 de 4	3
Escola de Belas Artes	1 de 4	de 5 até 11
Faculdade de Direito	4 de 10	de 5 até 45
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	7 de 12	de 2 até 11
Faculdade de Educação	2 de 11	de 3 até 25
Hospital das Clínicas	1 de 4	de 2 até 20
Faculdade de Farmácia	-	-
Faculdade de Medicina	16 de 46	de 2 a 44
Escola de Veterinária	0 de 4	de 2 até 24
Faculdade de Ciências Econômicas	1 de 1	-
Instituto de Geociências	0 de 8	de 8 a 9
Escola de Arquitetura	3 de 6	de 2 até 7
Instituto de Ciências Biológicas	0 de 8	de 2 até 10
Faculdade de Odontologia	2 de 5	de 4 até 10
Museu de História Natural e Jardim Botânico	1 de 2	até 35
Escola de Educação Básica e Profissional	0 de 4	de 3 até 11
Instituto de Ciências Exatas	3 de 6	de 3 até 6
Escola de Ciências da Informação	3 de 5	de 5 até 20
Faculdade de Letras	1 de 5	de 6 até 29
Escola de Música	0 de 4	de 6 até 23
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional	6 de 11	de 2 até 8
Escola de Enfermagem	4 de 18	de 2 até 37
Administração Central	2 de 13	de 2 até 39
Órgãos Auxiliares e Suplementares	0 de 2	de 2 a 3

Fonte: Elaboração própria a partir de DAEXT (2016, 2017 e 2018)

Observa-se também que os registros de programas apresentam bastante **diversidade em termos de ações vinculadas**, variando entre programas com apenas 2

⁸ “Conjunto articulado de pelo menos dois projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), desenvolvido de forma processual e contínua e que deve explicitar, necessariamente, a metodologia de articulação das diversas ações vinculadas”. (Resolução PROEX 03/2016)

ações vinculadas e outros com 35, 44 e até 125 ações vinculadas, independentemente do *status* da ação (ativo, concluído ou desatualizado).

Esses dois aspectos apontam para a necessidade de se **analisar o registro dos programas** para melhor compreensão dos diferentes perfis desse tipo de ação, evidenciado pelo número de ações vinculadas, bem como identificar as alterações nas ações vinculadas ao longo do tempo. A partir dos resultados deste estudo será necessária a construção de ações conjuntas entre a DAGE e a DAEXT que possibilitem tanto a qualificação dos registros de programas, como o monitoramento dos mesmos. Será fundamental integrar os Centros de Extensão das unidades nessas ações.

A definição mais assertiva das ações de extensão é necessária, pois o registro das ações no SIEX, tendo como base uma caracterização ambígua e com lacunas, repercute na construção de registros errôneos que acarretam estratégias equivocadas de fomento e avaliação. Além disso, um registro mais fidedigno possibilita a construção de políticas e indicadores de extensão, que são cada vez mais fundamentais para a valorização dessa dimensão acadêmica na UFMG. Ademais, considera-se que, no contexto atual, no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), no qual está prevista a destinação de 10% dos créditos da graduação à participação de estudantes em programas e projetos de extensão, é premente qualificar os registros e reduzir a ambiguidade a fim de favorecer a identificação de ações consistentes e pertinentes ao processo de extensionalização dos currículos de graduação.

2) Vínculo das ações aos Programas e Projetos

O fomento à **articulação das ações de extensão em programas** é uma das propostas das Diretrizes da Extensão, favorecendo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012). Conforme a Política Nacional de Extensão, a criação de programas também pode propiciar a construção de ações mais sólidas e duradouras que, embora reúnam diferentes projetos, eventos e/ou prestação de serviços, se articulam em torno de um eixo comum.

Ao longo do triênio analisado, constatou-se que em média 67% das ações de extensão da UFMG foram **desenvolvidas de maneira isolada**. Dentre as unidades que apresentaram o maior percentual de ações sem vínculo aos programas ou projetos, destacam-se a Escola de Engenharia e a Escola de Belas Artes. Provavelmente, esse perfil se justifica pela **natureza pontual** das ações predominantemente desenvolvidas por estas unidades: prestação de serviços e cursos de iniciação, respectivamente.

Também chama atenção o fato de que, em 2015, todas as ações da Faculdade de Ciências Econômicas foram desenvolvidas de maneira isolada.

Por outro lado, algumas unidades (Faculdade de Direito, o MHNJB, a EBAP e a Administração Central) diferenciam-se por apresentarem a **maior parte de suas ações vinculadas aos programas e/ou projetos**. Embora saibamos que nem sempre é possível desenvolver ações conjuntas devido à heterogeneidade das ações, sujeitos, metodologias, áreas do conhecimento, entre outras coisas, ressalta-se a possibilidade de se compreender os mecanismos desenvolvidos para favorecer essa vinculação e apontar caminhos para a constituição de ações indutoras para aquelas unidades que possam estar buscando maior integração entre as ações.

Ainda que o número de programas tenda a ser menor, quando comparado às demais ações, é fundamental chamar atenção para a importância de ampliá-lo na UFMG. Isso porque os programas, devido a sua singularidade, podem representar **maior articulação** entre ações, áreas do conhecimento, linhas de extensão, parcerias e equipes de trabalho. Para além de ampliar o quantitativo de programas, faz-se necessário **fomentar a reflexão sobre o conceito das ações de extensão**, pois, como mencionado no tópico anterior, muitos registros de programas não estão de acordo com a Política de Extensão.

Considerando esse contexto, a constituição de Redes⁹ interdisciplinares e interinstitucionais representa outra estratégia da PROEX para **induzir a articulação entre projetos e programas de extensão**. Organizado em torno de temas emergenciais das sociedades contemporâneas, que contribuem para a elaboração e para o fortalecimento de políticas públicas, o trabalho em rede tem oportunizado a integração e a troca de experiências entre programas e projetos de extensão, potencializando e dando maior visibilidade às suas ações.

3) Distribuição das ações na Unidade e equipe

A **distribuição das ações nas unidades** evidenciou uma grande diversidade de perfis: 1) Unidades onde constam registros de ações de extensão vinculados apenas aos departamentos acadêmicos (ICEX); 2) Unidades com ações de extensão em todos os departamentos acadêmicos e um pequeno número em outros setores da unidade, tais como Diretoria, Administração, CENEX (ECI, Escola de Música, EEFFTO, Escola de

⁹ Para conhecer o trabalho das Redes acesse o site da Proex: <https://www2.ufmg.br/proex/Redes>.

Enfermagem, EBA, Faculdade de Direito, FAFICH, FAE, Escola de Farmácia, Escola de Veterinária, IGC, Escola de Arquitetura, Faculdade de Odontologia); 3) Unidades onde há registro de ações vinculadas aos Órgãos/setores não acadêmicos mais frequente do que nos departamentos acadêmicos (FACE e ICB); 4) Unidades sem divisão departamental com ações vinculadas à Diretoria, Administração Geral, CENEX, áreas, colegiados (FALE e ICA).

De maneira geral, observou-se que, em algumas unidades, um **departamento acadêmico se sobressai aos demais** e, em outras, há **equilíbrio entre eles**. No primeiro caso, destaca-se a Faculdade de Direito, composta por quatro departamentos acadêmicos, onde o Departamento de Direito do Trabalho - Introdução ao Estado de Direito desenvolveu 59,8% das ações da unidade no ano de 2014, enquanto que os demais departamentos desenvolveram até 16,7% do total de ações. No segundo caso, destaca-se que a Escola de Enfermagem, também composta por quatro departamentos, apresentou uma diferença de apenas 11% entre a maior frequência e a menor no desenvolvimento das ações, no ano de 2016 (Depto. Enfermagem Aplicada 30,5% e Depto. de Nutrição 19,5%). A análise dessa distribuição poderá ser aprofundada ao se considerar o número de docentes por departamento, o que possibilitará dimensionar melhor o nível de dedicação de cada departamento ao desenvolvimento das ações de extensão universitária.

Ainda sobre a **distribuição das ações de extensão nas unidades**, ressalta-se também a existência de ações vinculadas aos **Colegiados de cursos** em diferentes unidades. Tendo em vista a meta do atual PNE (2014-2024), já mencionada anteriormente, a análise dos registros dessas ações poderá apontar caminhos para a creditação curricular, identificando se essas ações correspondem àquelas que foram submetidas pelos Colegiados ao Edital de Formação em Extensão Universitária¹⁰. Para aquelas que não tenham correspondência com o ponto destacado anteriormente, um aspecto relevante a se investigar poderá ser a identificação do perfil das ações ou se a vinculação delas aos colegiados se justifica apenas por se tratar de ações coordenadas por docentes que ocupam temporariamente funções de gestão acadêmica/administrativa ou técnico-administrativos vinculados a esses setores na estrutura da unidade.

No que diz respeito à **distribuição geral dos membros nas equipes** das ações de extensão na UFMG, observou-se que a composição apresentou a **mesma**

¹⁰ O Edital de Formação em Extensão Universitária foi lançado, nos últimos dois anos, pela PROEX em parceria com a PROGRAD, com o objetivo de estimular a elaboração de projetos que ampliem a inserção da formação em extensão universitária nos currículos de graduação, vinculados aos colegiados de cursos de graduação da UFMG.

distribuição ao longo dos três anos, na seguinte sequência: estudantes de graduação (cerca de 42,0%); docentes e membros externos (em torno de 20,0% cada); estudantes de pós-graduação (aproximadamente 10,5%) e os técnico-administrativos (por volta de 5,0%).

Em relação aos Docentes, verificou-se que há unidades em que o **número de docentes é superior** ao de **graduandos**, tais como: ICEX, Escola de Engenharia, Escola de Arquitetura (que se dedicam principalmente à prestação de serviços, embora na Escola de Arquitetura a presença desse tipo de ação e os projetos seja equilibrada), FAE, EBAP, Escola de Farmácia e FACE (sendo que as duas últimas unidades possuem poucas ações de extensão registradas).

É possível considerar que o número maior de docentes pode ter relação, especialmente, com o não registro de discentes nas equipes das ações, como será destacado mais à frente. Por outro lado, a preponderância de docentes também pode ter ligação com o entendimento sobre os tipos de ações de extensão. Assim, a ação do tipo prestação de serviços por se restringir, em vários casos, aos serviços eventuais ou exames e laudos técnicos, pode estar sendo desenvolvida apenas pela disponibilização da *expertise* de docentes, de forma dissociada da formação de alunos.

Nas diferentes unidades, a grande maioria dos coordenadores de ação de extensão são docentes e **coordenam mais de uma ação de extensão**, com no máximo de até 3 ações, em média. Esse dado chama atenção para refletirmos sobre o quantitativo de professores que coordenam ações de extensão na Universidade. Existe uma rotatividade? Os mesmos docentes coordenam por muitos anos as ações? A coordenação se dá por iniciativa dos docentes, interessados em desenvolver ações de extensão, ou integra o planejamento mais amplo dos departamentos acadêmicos para a distribuição dos encargos didáticos?

Ainda sobre a composição das equipes, observamos que, em algumas unidades, o número de **membros externos** é superior ao de **docentes**, a saber: Faculdade de Direito, Escola de Veterinária e três unidades da área da saúde - HC, Faculdade de Medicina e Escola de Enfermagem. Nesse sentido, se faz necessário identificar quais seriam os **membros externos participantes das ações de extensão**. Uma questão que se coloca é a possibilidade de algumas unidades considerarem o público alvo como membro externo. Outra possibilidade refere-se ao registro de membros da UFMG que

não possuem acesso ao portal MinhaUFMG¹¹. Em consultas aleatórias no SIEX, já foram identificados vários casos de membros identificados pelos coordenadores como da UFMG (no campo instituição), mas, pelo fato de não possuírem o referido acesso, tais membros podem estar sendo contabilizados pelo sistema como membros externos. Conjuntamente, embora o coordenador possa informar a origem dos membros participantes, a consulta direta à aba equipe no SIEX não permite a visualização precisa de quais seriam os membros externos registrados, pois, muitas vezes, o coordenador não informa a instituição de origem. Nesses casos, o levantamento desse dado demandará a solicitação de relatório diretamente da base de dados do SIEX, junto ao CECOM.

Em relação aos servidores **Técnico-administrativos (TAE)**, a participação dos mesmos é bastante reduzida nas diferentes unidades e no conjunto da UFMG. A participação é mais frequente nas **unidades não acadêmicas**: HC, MHNJB, Administração Central e Órgãos Auxiliares e Suplementares (sendo que, nestes últimos, representam mais de 40% dos membros das equipes). Considerando-se o número total de TAEs na UFMG (4.366, Fonte: PRORH - Maio 2017)¹², cerca de 11% desses servidores, em média, participaram de ações de extensão nos três anos analisados.

Uma vez que na descrição de todos os cargos desses servidores está prevista a assessoria às atividades de ensino, pesquisa e extensão, é possível questionar se o pequeno percentual identificado pode ser explicado pelos seguintes motivos: 1) a ausência de uma política explícita na UFMG que considere e reconheça a participação de TAEs em atividades acadêmicas como parte de suas atribuições, planejamento e da jornada de trabalho na Universidade, sem o prejuízo de suas demais funções, o que pode estar inibindo a participação daqueles que possuem interesse; 2) a participação dos mesmos em outros projetos acadêmicos, tais como os de pesquisa ou ensino; 3) o desinteresse dos TAEs em participar das atividades de extensão, perante a diversificada natureza dos cargos (apoio, administrativo, técnico etc.).

A respeito da **participação dos estudantes nas ações de extensão**, destaca-se que, em 2015 e 2016, no conjunto da UFMG, mais de 50,0% das equipes das ações de extensão não possuíam estudantes registrados (2015: do total de 2.739 ações, em 58,6% não há registro de estudantes de graduação e em 79,4% não consta registro de estudantes de pós-graduação; 2016: do total de 3.041 ações de extensão, em 58,1% não

¹¹ Portal que congrega vários sistemas e serviços destinado exclusivamente aos discentes e servidores efetivos (docentes e técnico-administrativos) da UFMG.

¹² Fonte: Quantitativo de servidores - PRORH (Maio/2017). Disponível em: https://www.ufmg.br/prorh/wp-content/uploads/2015/06/Quantitativo-de-Servidores-Abril_2017.pdf. Acesso em: 22/02/2018.

há registro de estudantes de graduação e em 76,8% não consta registro de estudantes de pós-graduação)¹³. Por outro lado, mesmo para as demais ações em que consta o registro de estudantes participantes nas equipes das ações de extensão, principalmente de graduandos (bolsistas e não bolsistas), o total registrado encontra-se bastante reduzido em relação ao número de estudantes da Universidade (2014 - 15,3%; 2015 - 12,3% e 2016 - 16,9% de cerca de 33.000 alunos de graduação, aproximadamente¹⁴).

A garantia da participação de estudantes nas ações de extensão (e evidentemente o seu registro) é fundamental para o **fortalecimento da extensão como dimensão acadêmica da Universidade**. Em outras palavras, o desenvolvimento de ações de extensão como espaço formativo de estudantes da UFMG deve se constituir em princípio básico para a aprovação das ações junto aos departamentos e congregações das unidades acadêmicas. Se a universidade precisa desenvolver de maneira indissociável a extensão, o ensino e a pesquisa, a participação em ações de extensão não pode ser compreendida como atividade extracurricular, opcional, mas sim como parte integrante dos currículos acadêmicos, essenciais para a formação em diversos âmbitos.

Adicionalmente, reiteramos que, perante a demanda colocada pelo Plano Nacional de Educação em vigor, é preocupante o percentual pouco expressivo de graduandos nas ações de extensão e de ações com número de docentes superior ao de discentes. Entretanto, parece ser suficientemente claro que o cumprimento da meta não se dará apenas pelos números, uma vez que, mais importante do que atingir a meta dos 10%, é garantir que os programas e projetos nos quais os/as alunos atuem de fato se constituam em ações formativas.

A partir desses aspectos, será fundamental estabelecer um **procedimento de monitoramento das ações** que possibilite identificar as unidades onde a ausência de registro é mais frequente. Um estudo inicial desses dados por unidade poderá evidenciar, por exemplo, que nas unidades onde predomina a prestação de serviços a presença de estudantes talvez possa ser menor, tal como apontado anteriormente a respeito da presença maior de docentes em relação aos discentes em algumas unidades. Esse procedimento será essencial para favorecer mecanismos de fomento à participação de estudantes nas ações de extensão e o seu registro, com vistas ao alcance das metas do PNE (2014-2024).

¹³ No levantamento de dados realizado em 2015, referente às ações de 2014, não foi gerada a lista de ações do conjunto de ações da UFMG, o que impede a apuração desse dado.

¹⁴ Fonte: <https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao/ufmg-em-numeros>. Acesso em: 22/03/2018.

No que diz respeito aos estudantes bolsistas, foi constatado que a maioria dos graduandos, participantes das equipes das ações de extensão, **não recebe bolsa**. Ao longo do tempo, percebe-se um pequeno aumento dos não bolsistas (47,9%, em 2014 para 52,2%, em 2016) e uma diminuição da porcentagem dos bolsistas (33,0%, em 2014 para 27,6%, em 2016). Em algumas unidades acadêmicas (EBA, FAE, EBAP, ICEX, ECI e Escola de Música) e não acadêmicas (MHNJB, Administração Central e Órgãos Auxiliares e Suplementares) a **participação de graduandos bolsistas é superior aos não bolsistas**. No IGC, FALE e EEFFTO, a participação de bolsistas e não bolsistas é equilibrada. Embora na gestão 2014-2018 não tenha havido redução dos recursos destinados à extensão na UFMG, é importante acompanhar as possíveis alterações desses dados diante do corte geral de recursos orçamentários em curso.

A participação dos discentes não bolsistas expressa a importância da extensão para a formação acadêmica, mas também gera algumas inquietações: Qual o perfil desses discentes? Como tem sido a participação nas ações? Existe um plano de trabalho específico? Como acontece a orientação? Nas ações que demandam deslocamentos, como o discente participa? A realização de um estudo a respeito do perfil dos estudantes que participam das ações de extensão poderá evidenciar aspectos essenciais para a construção de políticas que garantam a participação de todos os alunos, em face do PNE (2014-2024). Esse estudo poderá ser realizado a partir dos dados coletados pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) no período de registro acadêmico dos ingressantes na UFMG. Quanto às demais questões, além dos formulários de avaliação preenchidos pelos bolsistas e orientadores ao término da participação dos estudantes nas ações de extensão contempladas pelos Editais PBEXT, que reúnem informações a esse respeito, considera-se que seria adequado o acompanhamento mais próximo das ações de extensão, enquanto ainda estão em desenvolvimento. Uma possibilidade seria a construção de um projeto de avaliação local, em parceria com os CENEX de cada unidade. Assim, seria possível a criação de um espaço/tempo de escuta acerca do processo de desenvolvimento da ação em que/nos quais os discentes teriam um canal para explicitar suas demandas, sugestões e inquietações.

Cabe ressaltar que, mesmo num contexto de escassez de recursos, houve durante os anos de 2014-2018 um **aumento do número de bolsas de extensão** e, especialmente, a **ampliação do período de vigência** das bolsas de 10 para 12 meses, mesmo período das bolsas de iniciação científica e de monitoria. Além disso, foi criada

a modalidade de bolsa “Ação Afirmativa”, que tem um valor de cem reais a mais em relação à bolsa convencional acadêmica (R\$400,00). A referida bolsa é exclusiva para alunos classificados socioeconomicamente nos níveis I a III pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP) e/ou discentes que ingressaram na UFMG pelo sistema de bônus ou cotas.

Em relação à participação de **pós-graduandos** nas equipes das ações de extensão, ao longo dos três anos analisados, verificou-se que o número absoluto de estudantes deste nível de ensino é bastante significativo em algumas unidades, tais como na Faculdade de Direito (87), FAFICH (97), Escola de Veterinária (100), ICB (90) e Escola de Enfermagem (112). Entretanto, ressalta-se que esse dado poderá ser melhor analisado se considerarmos a distribuição do número de estudantes pelo número de ações e dentre as ações (isto é, poderá ser constatada a concentração de estudantes em poucas ações).

Apontamos que a participação de pós-graduandos é uma possibilidade de fomentar a indissociabilidade entre pesquisa e extensão. Uma das estratégias da PROEX, que pode ser vista como forma de fomentar essa participação, foi a chamada interna lançada em conjunto pelas Pró-Reitorias de Extensão (PROEX) e de Pós-Graduação (PRPG) para programas e projetos cadastrados no Programa Participa UFMG Mariana/Rio Doce¹⁵, oferecendo bolsa para discentes no nível de mestrado. Em consonância com esses aspectos, a possibilidade da creditação curricular da participação de estudantes poderia ser fomentada para além da graduação, a fim de garantir que experiências como esta sejam reconhecidas e valorizadas no percurso acadêmico dos pós-graduandos.

4) Vínculo aos Editais de Fomento e políticas públicas

Ainda que admitamos que nem todas as ações de extensão, devido às suas particularidades, encontram-se no formato exigido pelos Editais de Fomento e/ou possuem vínculo com políticas públicas, parece-nos bastante **significativo** que cerca de 40% delas **apresentem vínculo com algum edital de fomento e/ou com políticas públicas**. Entre os casos onde tal vínculo é **menos frequente**, destacam-se, com mais do que 70% das ações sem vínculo, a Escola de Engenharia e o ICEX, onde predominam ações do tipo prestação de serviços, e a EBA, a FALE e a Escola de

¹⁵ O programa Participa articula grupos de extensão e pesquisa da UFMG envolvidos com mapeamento, diagnóstico e soluções para os danos à população e possível reconstrução das áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, em 2015, além de estimular o desenvolvimento de ações interinstitucionais continuadas.

Música, onde predominam ações do tipo curso. Nesses casos é possível supor que nessas unidades há maior contrapartida em termos de **captação de recursos** por meio da cobrança pelos serviços e cursos ofertados, tendo em vista que se tratam de ações, muitas vezes, executadas em atendimento às demandas externas. Adicionalmente, as prestações de serviços e os cursos **não** se constituem em ações foco de editais de fomento da extensão.

Como destaque, temos a ECI, onde quase 50% das ações possuem **vínculo com edital de fomento**. Em relação às **políticas públicas**, destaca-se que as unidades das áreas da Saúde e Educação são aquelas com maior percentual de vinculação a políticas públicas e/ou edital de fomento e políticas públicas (HC, Faculdade de Medicina, Escola de Enfermagem, Faculdade de Odontologia e FAE, MHNJB e EBAP). Observou-se que todas essas unidades **desenvolvem principalmente projetos de extensão**, com exceção do HC, que possui um **perfil equilibrado** entre cursos e projetos, como destacado no primeiro tópico deste texto.

Ressaltamos que, ao contrário de outras dimensões acadêmicas, **o fomento às ações de extensão, para além dos recursos orçamentários, é incipiente**. Nesse sentido, causa preocupação os cortes de recursos destinados às Universidades Públicas, pois podem repercutir no orçamento para as ações de extensão, bem como a interrupção desde 2015 do Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext)¹⁶ MEC/SESu, que ocorria no âmbito nacional e potencializava o desenvolvimento de programas e projetos de extensão.

Cabe ainda a admissão da necessidade de pensarmos em estratégias que aproximem um maior número de ações das políticas públicas, uma vez que essas, além de privilegiarem **questões sociais relevantes**, encontram-se estreitamente relacionadas às áreas temáticas que organizam o conjunto mais amplo das ações de extensão no país.

5) Vínculo das ações com Ensino e Pesquisa

Em relação ao vínculo das ações com Ensino e Pesquisa, os dados indicam que o princípio constitucional da **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**, também diretriz da política nacional da extensão, parece estar **consolidado na UFMG**,

¹⁶ Programa de Fomento à Extensão do Ministério da Educação voltado ao apoio de instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão que visavam contribuir para a implementação de políticas públicas. Esse edital foi lançado anualmente entre 2003 e 2015.

uma vez que cerca de 67% das ações da Universidade¹⁷ declaram possuir vínculo com o ensino e a pesquisa nos três anos analisados. Em algumas unidades, o índice de vinculação corresponde a mais de 80% das ações (EBA, FAFICH, FAR, ECI e FALE) e, no caso da Faculdade de Direito, a mais de 90% das ações. A Escola de Engenharia e o ICEX são as unidades que apresentam o maior percentual de ações de extensão sem vínculo algum com o ensino e pesquisa (52,9% e 40% respectivamente), o que talvez possa ser explicado pela forte presença da prestação de serviços nessas unidades, sobretudo, de caráter eventual.

Considera-se necessário compreender se e **como esses vínculos se concretizam**. Conforme a estratégia 12.7 do PNE (2014-2024), todos os estudantes de graduação deverão participar de programas e projetos de extensão em algum momento do percurso acadêmico. Portanto, é fundamental conhecer as relações do ensino com a extensão. Nesse sentido, será importante realizar uma **consulta aos coordenadores** das ações de extensão com o objetivo de evidenciar diferentes maneiras pelas quais os coordenadores compreendem, buscam e já efetivam essa vinculação, o que poderá resultar na construção de categorias para futura inserção no SIEX. A qualificação desse dado certamente contribuirá para o fortalecimento da extensão enquanto dimensão acadêmica da universidade.

Os resultados dessa consulta também poderão ser relacionados com outras ações desenvolvidas pela DAEXT, tais como o **Mapeamento da Extensão nos currículos de graduação** e alguns dados do **Relatório de Avaliação de Programas/Projetos de Extensão Contemplados pelo Edital de Bolsas da PROEX (PBEXT): Bolsistas e Orientadores**. No primeiro caso, a consulta poderá contribuir para a melhor compreensão a respeito da articulação das ações de extensão com a dimensão do ensino para além das atividades formais/curriculares, tais como as disciplinas. No segundo, foram identificados alguns relatos de bolsistas indicando a ocorrência de atividades de pesquisa (exclusivamente) no âmbito da extensão. Dessa maneira, a consulta poderá evidenciar se de fato o vínculo com a pesquisa tem se concretizado de forma adequada.

Adicionalmente, a consulta poderá contribuir para a compreensão a respeito da distribuição das ações nos departamentos acadêmicos: em que medida os departamentos que desenvolvem menos ações de extensão tendem a desenvolver mais as outras

¹⁷ É importante destacar que o formulário de registro de ação de extensão do tipo “cursos” e “eventos” não contém o campo relativo ao vínculo com ensino e pesquisa. Essa limitação do SIEX, que a princípio não se justifica além das escolhas realizadas no momento de construção do Sistema, impede que os coordenadores informem esse tipo de vinculação. Portanto, o percentual abarca apenas o somatório das demais ações de extensão (programa, projeto e prestação de serviços). Considera-se necessário rever essa limitação no SIEX.

dimensões acadêmicas da universidade? Como abordado no tópico 3 deste texto, embora tenhamos ciência a respeito das diferentes configurações e tamanhos de departamentos, inquieta-nos refletir sobre como os mesmos efetivam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

6) Distribuição das ações de extensão por área temática, área do conhecimento¹⁸ e linha de extensão

Todas as **áreas temáticas** definidas pela Política Nacional de Extensão estão presentes na UFMG, evidenciando a diversidade de ações desenvolvidas na Universidade. Ao longo dos três anos, constatou-se que, em média, as áreas preponderantes são Saúde (32%), Educação (19,5%), Tecnologia e Produção (17,3%) e Cultura (11,9%). Enquanto a **Saúde** é a área que reúne o **maior quantitativo de ações**, a **Educação** é a mais **recorrente nas unidades**, não tendo sido registrada em apenas duas delas. Cabe lembrar que o maior quantitativo da área da saúde se relaciona ao número significativo de docentes que a área contempla, bem como ao tamanho da Faculdade de Medicina em comparação com as outras unidades.

Em relação às unidades, algumas se **concentram** (mais de 50%) em uma determinada área: Saúde (HC, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola de Enfermagem, EEEFTO); Educação (FAE, FALE, EBAP); Tecnologia e Produção (Escola de Engenharia, ICEX); Cultura (Escola de Música, EBA, ECI, Administração Central) e Direitos Humanos e Justiça (Faculdade de Direito). Nas demais unidades, observa-se uma maior diversidade de áreas temáticas.

De maneira coerente com a distribuição das ações pelas áreas temáticas, Ciências da Saúde é a **área do conhecimento** mais frequente na Universidade, agrupando cerca de 30% das ações. Entre as demais áreas, verifica-se uma distribuição equilibrada entre as Ciências Humanas; Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes e Engenharias (pouco mais de 10% cada). Com menor representatividade, têm-se as áreas de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas.

Foi observada também uma **tendência de concentração** (mais de 80%) das ações em **apenas uma área** do conhecimento nas **unidades acadêmicas**. Apenas no ICB, IGC e EBAP, o percentual da área mais frequente gira em torno de 60%. Já nas **unidades não acadêmicas**, há **maior diversidade de áreas** do conhecimento, com

¹⁸ A categorização do SIEX tem como base a classificação das áreas de conhecimento do CNPq, a saber: Ciências da Saúde; Ciências Biológicas; Ciências Agrárias; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Linguística, Letras e Artes.

exceção do HC, onde predominam as Ciências da Saúde. De maneira geral, considera-se que a área de conhecimento é um elemento que repercute nessa diferença entre os perfis das ações de extensão de cada unidade. Isso porque, tanto a própria dinâmica de cada área se constrói de maneira diferente, mas especialmente as interpretações que cada área tem com relação à extensão e suas ações. Nos próximos ciclos avaliativos, talvez seja necessário incluir cruzamentos de dados para evidenciar melhor as especificidades de cada área.

No conjunto da UFMG, as áreas temáticas Trabalho e Comunicação possuem menor representação, bem como as áreas do conhecimento Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas. Consequentemente, esse perfil pode significar demanda de ações específicas para fomentar o desenvolvimento da extensão nessas áreas. Esse é mais um dos aspectos que merecem atenção principalmente nas discussões a respeito da creditação curricular da extensão.

As **linhas de extensão** têm importância para a nucleação das ações, mas não são, necessariamente, ligadas a uma área temática em especial. No triênio analisado, **praticamente todas as linhas** definidas pela Política de Extensão Universitária (54 ao total) estiveram representadas nos anos analisados (54 em 2016 e 53 nos outros dois anos), o que reforça a diversidade de temáticas às quais as ações se dedicam. Têm destaque as linhas de Saúde Humana, seguida de Desenvolvimento Tecnológico, e aquelas vinculadas, sobretudo, à área de educação, tais como Formação de Professores (Formação Docente), Metodologia e Estratégia de Ensino/Aprendizagem e Alfabetização, Leitura e Escrita.

7) Parcerias – existência, formas e caracterização dos parceiros

O estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento das ações de extensão na UFMG é bastante frequente, sendo que em todas as unidades, com exceção da FALE, **a maioria das ações é desenvolvida em conjunto com parceiros**. Observa-se também que, em maior ou menor grau, **todas as formas de parceria** (apoio logístico, recursos humanos, assessoria/consultoria, equipamentos e/ou recursos materiais, financiamento) **estão presentes em todas as unidades**.

Em nossa percepção, para os próximos ciclos avaliativos, talvez fosse interessante tratar algumas **informações adicionais sobre formas específicas de parceria**, como o financiamento, com o objetivo de informar à Instituição de modo

detalhado, por exemplo, o montante de recursos movimentado pelo conjunto de ações desenvolvido.

Observou-se que o **financiamento** é a principal forma de parceria nas unidades que realizam, sobretudo, **prestações de serviços** (33,7% na Engenharia e 28,7% no ICEX, respectivamente). Como apontado anteriormente, o estudo a respeito desse tipo de parceria, em conjunto com informações a respeito da oferta de cursos e eventos (com ou sem gratuidade) poderá contribuir para o acompanhamento **da origem dos recursos decorrentes das ações de extensão**. É fundamental monitorar essa informação, tendo em vista o cenário geral de cortes de recursos orçamentários, já destacado no texto.

No que diz respeito à **caracterização dos parceiros**, no conjunto da UFMG e na maioria das unidades analisadas, constatou-se o estabelecimento de parcerias principalmente com as **Instituições da Administração Pública Direta**, nas três esferas governamentais e com as Universidades Públicas, sobretudo com a própria UFMG. Em relação aos demais tipos de instituição, destaca-se que as Instituições Privadas com fins lucrativos representam 56,0% dos parceiros da Escola de Engenharia. Nas demais unidades, a parceria com esse tipo de instituição não corresponde a 10% do total de parceiros, exceto no HC, no ICB e no ICEX (entre 10,5 e 15,5% dos parceiros). No que diz respeito às ONG/OSCIP, entre as unidades analisadas, o ICA foi aquela que estabeleceu a maior quantidade de parcerias com essas instituições (19,5%).

Ademais, como abordado nos relatórios dos perfis, constatamos alguns **limites no registro dessas informações no SIEX**. Verificou-se, por exemplo, que uma mesma instituição foi registrada de diferentes maneiras e em diferentes categorias pelos coordenadores. Além disso, observou-se que diversas instituições registradas na categoria “outros” poderiam ter sido inseridas em uma das categorias já existentes. Para fins de monitoramento e avaliação das ações de extensão, é **fundamental garantir o registro inequívoco desses dados** com vistas ao aprimoramento da sistematização realizada.

Adicionalmente, espera-se que, em um futuro próximo, as informações sobre parcerias estabelecidas pelas ações possam ser utilizadas em conjunto com outros dados para caracterizar aquelas propostas que se encontram mais próximas do cumprimento dos preceitos de interdisciplinaridade e dialogicidade na execução das atividades extensionistas.

8) Resultados – público alvo e produtos

No que diz respeito ao público alvo das ações de extensão na UFMG, um primeiro aspecto a se destacar refere-se ao fato de que em todas as unidades, o **público alvo atingido** é muito menor do que o **público alvo estimado**. Como apontado nos relatórios, “a diferença observada talvez possa ser explicada pelo fato de o público ser estimado para o período total de realização da ação de extensão e o público atingido ser atualizado de maneira parcial e periodicamente”. Esse aspecto demanda que o campo para registro de público atingido no SIEX permita ao coordenador inserir o **período correspondente à estimativa de atendimento**.

A **ausência de registro** do público atingido também foi constatada em várias ações, demandando, nesse caso, a **orientação e o acompanhamento** constante por parte dos **CENEX** em relação aos processos de atualização e conclusão dos registros das ações de extensão. Uma vez que a extensão universitária pressupõe o diálogo e atuação conjunta com outros setores da sociedade, é fundamental conhecer o alcance das ações em termos de público.

Cabe ressaltar também que, em todas as unidades, o público alvo **estimado** é tanto **interno**, quanto **externo**. Para o melhor conhecimento dos públicos contemplados pelas ações de extensão, será verificada a possibilidade de se inserir, nos relatórios do próximo ciclo avaliativo, o cruzamento dos tipos de ação de extensão com os diferentes públicos que participam das ações.

Outro aspecto constatado refere-se ao fato de que, em várias unidades, há algumas ações que focam **exclusivamente o público interno**: Escola de Veterinária, FACE, ICB, Faculdade de Odontologia, MHNJB, CP/EBAP, Faculdade de Direito, FAFICH, FAE, HC, Faculdade de Medicina, ICEX, FALE, EEEFTO, Escola de Enfermagem, Administração Central e Órgãos Auxiliares e Suplementares. Como abordado anteriormente, uma vez que a extensão universitária pressupõe o diálogo e a interlocução com outros setores da sociedade, se faz necessária a realização de um estudo com o objetivo de identificar qual seria o **perfil** das ações de extensão “**para dentro**”.

Ademais, ao longo do processo de sistematização das informações para a construção dos relatórios dos perfis, foi necessário realizar, junto ao SIEX, a partir da consulta a cada registro de ação de extensão, o **levantamento** da descrição do público alvo pelos coordenadores. Com base nesse levantamento, realizamos um processo de

categorização do campo descritivo - público alvo - preenchido pelos coordenadores das ações de extensão. Embora esse procedimento tenha sido realizado (não sem alguns equívocos, sobretudo, pelo desconhecimento a respeito das nomeações com que cada área opera para identificar seus públicos), o mesmo resultou na explicitação da **diversidade de públicos contemplados** pelas ações de extensão da UFMG (comunidade acadêmica, comunidade escolar, setor público, organizações privadas com fins lucrativos, organizações do terceiro setor, usuários dos serviços de saúde, profissionais diversos, comunidades rurais, povos tradicionais, população em geral, etc.).

A partir do trabalho de categorização, foi possível identificar diferentes interlocutores das ações de extensão, especialmente, sujeitos comuns em ações de unidades e setores diferentes. Esse dado nos faz refletir sobre a possibilidade da ampliação do trabalho em rede que a PROEX já desenvolve, uma vez que permitiria a integração de ações diferentes, mas que contemplam o mesmo público. Esse aspecto certamente favorecerá a constituição de articulações interdisciplinares e interprofissionais, como apontam as diretrizes da extensão.

Entretanto, a partir desse exercício de categorização, identificamos a necessidade de darmos continuidade ao mesmo, no sentido de se **construir categorias** a serem inseridas no SIEX que possibilitem que os próprios coordenadores categorizem seus interlocutores e, posteriormente, permitam extração de dados do sistema de maneira automática e a construção de relatórios. A elaboração da proposta encontra-se em andamento pela DAEXT e pela DAGE. Posteriormente, será apresentada e discutida junto ao gabinete da PROEX/Câmara de Extensão e enviada para a avaliação dos Centros de Extensão para futura implementação no SIEX. As discussões com a Câmara de Extensão e os CENEX das várias unidades serão fundamentais para construirmos uma proposta que contemple, de maneira mais fidedigna possível, a forma como cada área identifica o seu público. Acredita-se que esse diálogo também poderá favorecer a percepção de como as unidades se relacionam com os diferentes públicos (alvo, beneficiário, parceiro, interlocutor, etc.).

No que diz respeito aos **Produtos elaborados no âmbito das ações de extensão na UFMG**, chama atenção a diversidade, tanto pelo número de produtos (2.572 em média, nos três anos analisados), quanto pelos diferentes tipos registrados. Dentre eles, destacam-se os trabalhos apresentados em eventos acadêmico/científicos e produtos audiovisuais, registrados nos três anos do 1º ciclo avaliativo. Os trabalhos apresentados

em eventos acadêmicos/científicos foram desenvolvidos em todas as unidades, o que talvez possa ser explicado pela obrigatoriedade dos bolsistas de extensão em apresentar este tipo de trabalho na Semana do Conhecimento da Universidade. Os produtos audiovisuais preponderam na Escola de Veterinária (71,7%), ICEX (76,3%), ECI (73,1%) e nos Órgãos Auxiliares e Suplementares (64,2%).

Considera-se que a **qualificação dos registros** precisa ser constantemente buscada pela PROEX, CENEX e coordenadores de ação de extensão, uma vez que apenas os registros adequados dos produtos permitirão a construção de **indicadores** e a sua valorização e inclusão, por exemplo, nos cálculos para **distribuição de recursos e progressão na carreira docente**. É fundamental que esse processo abarque a discussão sobre a importância de se valorizar a **multiplicidade de produtos** das ações de extensão, para além daqueles tradicionalmente considerados ou legitimamente reconhecidos no ambiente acadêmico, como artigos e capítulos de livros, por exemplo.

Além dos aspectos abordados, a discussão sobre os resultados/produtos da extensão deve atentar para o fato de que nem todos são mensuráveis. No Formulário de Avaliação preenchido pelos bolsistas participantes das ações de extensão contempladas pelos Editais da PROEX, quando questionados sobre os objetivos da extensão, os bolsistas afirmaram que a extensão contribuiu para a “melhorar a formação”¹⁹ ou proporcionou “mudança pessoal”²⁰. Nesse sentido, a inter-relação entre produtos e resultados pode ser uma possibilidade de construção para ampliarmos o olhar sobre a avaliação da extensão.

Para a construção dos relatórios dos perfis, ao longo do 1º ciclo avaliativo das ações de extensão na UFMG, optamos por considerar apenas os dados relativos ao público alvo (estimado e atingido) e aos produtos elaborados. Entretanto, em relação aos **resultados gerais atingidos pelas ações de extensão** nesse período, constatamos que em vários registros das ações de extensão não constam essas informações, aspecto este também identificado em amostra de registros analisada pela DAGE com o objetivo de identificar os principais problemas no preenchimento dos formulários das ações de extensão. Considera-se que esta lacuna limita a construção de procedimentos de

¹⁹ Depoimento extraído do Formulário de Avaliação dos Bolsistas e Orientadores: *De uma forma geral, os objetivos de uma extensão universitária são promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão além de levar benefícios ao público alvo e desenvolver habilidades como criatividade, proatividade, capacitação, independência profissional, entre outros aspectos ao discente.* (DAEXT, 2014, p.29)

²⁰ Depoimento extraído do Formulário de Avaliação dos Bolsistas e Orientadores: *Os objetivos da extensão universitária são proporcionar para o estudante da UFMG uma experiência além da acadêmica. Dessa forma, é possível uma nova visão de mundo, decorrente do contato do estudante com a sociedade.* (DAEXT, 2014, p.34)

monitoramento e avaliação da extensão na UFMG que englobem os resultados qualitativos das ações (no que diz respeito aos seus objetivos).

Como perspectiva de trabalho, consideramos que seja necessário realizar a análise dos registros das ações de extensão, e, assim, possibilitar o monitoramento dos resultados e produtos das ações por unidade de maneira articulada, como abordado há pouco. Tendo em vista o volume de ações da UFMG, será preciso desenvolver um projeto piloto (seleção de unidade, estudo dos registros, diálogo com o CENEX, monitoramento das ações) para, posteriormente, ampliarmos o alcance do procedimento.

Esse processo precisará ser planejado em conjunto com a DAGE, com vistas à qualificação dos registros (no sentido de garantir o registro dos resultados) e será fundamental para viabilizar a implementação de indicadores de resultados (em construção por comissão designada) que demonstrem o alcance/efetividade das ações de extensão da UFMG. Esse estudo também poderá evidenciar resultados que não são identificados a partir da extração de dados da SIEX, quanto a elaboração de produtos que talvez não se enquadrem dentre aqueles já existentes, conforme observado anteriormente.

Por fim, consideramos que a discussão sobre o público alvo remete à própria nomeação da categoria. Apontamos que a nomeação tende a não contemplar os pressupostos do conceito de extensão e da Política Nacional de Extensão Universitária, pois a expressão “público alvo” pode estar sendo interpretada como um conjunto de sujeitos passivos que são atingidos por determinada ação. Ao contrário, a extensão busca considerar os sujeitos como interlocutores ativos no processo de construção do conhecimento. Pensar os sujeitos como “público alvo” de certa maneira vai contra a própria diretriz da interação dialógica que trata do “diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais” (FORPROEX, 2012). A reflexão sobre a nomeação é relevante, pois “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação (...). As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras (...)” (BONDÍA, 2002, p.21). Por outro lado, a alteração da nomeação não é suficiente se, na prática, o público ainda for identificado em uma concepção mais restrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração dos relatórios e das reuniões realizadas em algumas unidades, foi possível considerar que os perfis se configuram como um importante instrumento de avaliação, **estruturante para os demais procedimentos desenvolvidos pela DAEXT**. Os perfis possibilitam dimensionar todas as ações de extensão que são desenvolvidas na UFMG (registradas), perceber a singularidade de cada unidade, bem como as similitudes e diferenças entre elas e refletir sobre o que é necessário fomentar e (re)construir na Universidade. Um ponto importante refere-se à caracterização das ações de extensão (programa, projeto, evento, curso e prestação de serviço). A partir do relatório e, à luz das diretrizes da política de extensão, foi possível identificar perspectivas diferentes acerca da caracterização das ações, evidenciando a importância de se considerar essas diferenças na discussão a respeito das várias formas como as ações de extensão se configuram nas diversas áreas do conhecimento.

Dentre o conjunto de aspectos apontados e analisados ao longo deste texto, gostaríamos de retomar dois daqueles que, na atual conjuntura de cortes progressivos nos recursos destinados às universidades federais, tal como o não lançamento do Edital PROEXT desde 2016, parecem merecer total atenção por parte da comunidade acadêmica no que diz respeito à extensão universitária: 1) a necessidade da construção de indicadores para o monitoramento e avaliação da extensão universitária; 2) o processo de creditação curricular da extensão, conforme previsto no PNE (2014-2024).

No que diz respeito ao primeiro ponto, a diversidade dos perfis das unidades sinaliza para a complexidade da construção de indicadores que respeite e valorize essa característica própria da extensão universitária. A elaboração dos indicadores não deve se restringir a elementos que induzam à padronização das ações de extensão na Universidade. Entretanto, e de maneira coerente com o segundo ponto, fundamentar esse processo na concepção de extensão enquanto dimensão acadêmica/formativa, sobretudo, para os estudantes envolvidos, é essencial. Acreditamos que, em decorrência dessa concepção, toda ação de extensão pressupõe a presença de docentes, desenvolvendo o papel primordial de orientação e acompanhamento dos estudantes, o que necessita urgentemente ser considerado tanto nos cálculos para a progressão na carreira docente (tal como o ensino e a pesquisa), quanto para a distribuição de recursos.

Quanto ao segundo ponto, destaca-se a potencialidade dos perfis para a construção de uma política de creditação curricular, tendo em vista o PNE (2014-2024).

Como abordado acima, foi possível perceber que existem diferentes formas de construir e desenvolver ações de extensão na UFMG. Assim, o processo de creditação também precisa levar em conta as diferenças entre as áreas de conhecimento e as unidades que reúnem diferentes cursos para que alcancemos uma extensionalização diversa e não excludente. Entretanto, é necessário ressaltar que o cumprimento da estratégia 12.7 do PNE não é tarefa apenas da PROEX e da PROGRAD, uma vez que esse processo “vai obrigar a universidade a repensar suas concepções e práticas de extensão, o currículo e a própria universidade” (GADOTTI, 2017, p.11). Esse é um debate que precisa ser ampliado para a comunidade acadêmica e órgãos colegiados responsáveis pela definição de políticas acadêmicas da UFMG.

Todavia, nesse contexto de restrição orçamentária, ressaltar a importância desses dois aspectos pode parecer paradoxal, uma vez que: como é possível ampliar a participação de estudantes e professores em ações de extensão, tendo vista que essa ampliação demanda o aumento de investimentos na área? Faz sentido construir indicadores para a distribuição de recursos nesse contexto? Nesse caso, consideramos que em momentos nos quais o papel da Universidade Pública pode estar sendo questionado, a elaboração de indicadores de avaliação que evidenciem a riqueza das ações de extensão pode se constituir em uma importante fonte de informação que fundamente e justifique ainda mais a continuidade e ampliação dessa dimensão acadêmica na UFMG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, 2002. p.20-28.

BRASIL, Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 31 dezembro. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 junho. 2014.

DALBEN, ÂNGELA Imaculada Loureiro. Avaliação Escolar. Dicionário Crítico – Presença Pedagógica, v.11, n.64 jul/ago. 2005. p.66-75.

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO (DAEXT). Pró-Reitoria de Extensão da UFMG. *Relatório do perfil das ações de extensão da UFMG e algumas unidades - Ano 2014*. Belo Horizonte, 2016.

_____. _____. *Relatório do perfil das ações de extensão da UFMG e algumas unidades - Ano 2015*. Belo Horizonte, 2017.

_____. _____. *Relatório do perfil das ações de extensão da UFMG e algumas unidades - Ano 2016*. Belo Horizonte, 2017.

ESCOLA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. A Resolução N.01/2013 - do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Graduação em Engenharia de Produção, que estabelece normas para distribuição de vagas remanescentes, nas modalidades de reopção e rematrícula e define critérios de classificação. O Colegiado de Coordenação Didática do curso de Graduação em Engenharia de Produção, 2013.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

MENDES, Olenir Maria. Avaliação formativa no Ensino Superior: reflexões e alternativas possíveis. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; NAVES, Marisa Lomônaco de Paula (orgs.). Currículo e avaliação superior. São Paulo: Junqueira & Marin, 2005, p. 175-197.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução n. 03 de 17 de maio de 2016. Regulamenta a proposição, a aprovação, a certificação e o funcionamento das ações de extensão universitária. Câmara de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

_____. Resolução n. 10 de 30 de novembro de 1995. Estabelece os critérios para a prestação de serviços no âmbito da UFMG. O Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.